



PREFEITURA DE AFONSO CLÁUDIO - ES

Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 013/2024

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO COM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

O **MUNICÍPIO DE AFONSO CLÁUDIO**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, devidamente inscrita no CNPJ nº 27.165.562.0001/41, localizada na Praça da Independência, nº 341, Centro, Afonso Cláudio/ES, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, por solicitação da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (Processo Administrativo Nº 10.883/2024) por intermédio da Comissão de Seleção, Monitoramento e Avaliação, nomeada de acordo com a Portaria Municipal nº 384/2024 de 19 de junho de 2024, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, TORNA PÚBLICO que realizará CHAMAMENTO PÚBLICO, visando celebrar ACORDO DE COOPERAÇÃO com Organizações da Sociedade Civil – OSC's de iniciativa da Administração Pública, regendo-se pelo disposto na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e Decreto Municipal nº 384, de 26 de junho de 2017 e pelos demais normativos aplicáveis e que estejam em consonância com os termos deste Edital.

PARTE I – CARACTERÍSTICAS DA PARCERIA

1. DO OBJETO DO EDITAL

1.1. O presente Edital tem por objeto Chamamento Público de Organizações da Sociedade Civil, para celebração de parcerias com o Município de Afonso Cláudio/ES, em regime de mútua cooperação para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de ações de concessão de **PROJETOR LED FORMATO RETANGULAR POTÊNCIA MÁXIMA 621W FABRICADO EM CHAPA DE ALUMÍNIO NAVAL CONFORMADA E PINTADA COM TINTA PÓPOLIÉSTER. MARCA BRIGTHLUX**, através de Ata nº 102/2024 da Prefeitura de Afonso Cláudio com a Empresa GBC Solar e Elétrica Ltda, para as associações formalmente constituídas do município de Afonso Cláudio que possuem campo de futebol que pretendem instalar uma iluminação nova ou melhor a iluminação existente.

1.2. A parceria será formalizada mediante assinatura de ACORDO DE COOPERAÇÃO, cuja minuta está no anexo VIII deste Edital, regida pelo disposto na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

1.3. O Acordo de Cooperação será realizado pelo instrumento de concessão de uso, pelo prazo de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado por igual período, de acordo com a aprovação da Comissão de Monitoramento e Avaliação das parcerias da Secretaria de Esportes e Lazer e do gestor da parceria.

2. JUSTIFICATIVA

No Município de Afonso Cláudio há campos de futebol em diversas comunidades e distritos, onde em muitos destes campos não há iluminação ou a existente é precária. A Secretaria de Esportes e Lazer propõe a cessão dos projetores de led, para que um maior número de pessoas possa utilizar estes campos de futebol à noite, já que grande parte da população trabalha ou estuda no período diurno, oferecendo mais uma maneira de pratica esportiva aos moradores de Afonso Cláudio.

3. RECURSOS PÚBLICOS

3.1. Os recursos serão da administração pública do Município de Afonso Cláudio/ES.

4. CARACTERÍSTICAS DO OBJETO

4.1. Quantidade e Descrição do Objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.
01	PROJETOR LED FORMATO RETANGULAR POTÊNCIA MÁXIMA 621W FABRICADO EM CHAPA DE ALUMÍNIO NAVAL CONFORMADA E PINTADA COM TINTA PÓPOLIÉSTER. MARCA BRIGTHLUX	40	unid

4.2. Distribuição espacial do Equipamento.



PREFEITURA DE AFONSO CLÁUDIO - ES

Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

4.2.1. O equipamento **PROJETOR DE LED**, para fins de constituição de parceria de que trata este Edital, será distribuído exclusivamente às OSC's do Município de Afonso Cláudio/ES.

4.2.2. Os equipamentos **PROJETORES DE LED serão distribuídos** para até 02 (duas) OSC's com a quantidade de 20 (vinte) projetores de led para cada organização.

5. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

5.1. As Organizações da Sociedade Civil selecionadas para firmarem parceria de que trata este Edital, ficarão sob sua responsabilidade a execução e a disponibilidade dos seguintes itens com relação ao equipamento que integrará o termo a ser assinado:

5.1.1. Manutenção preventiva e corretiva;

5.1.2. Conservação e limpeza do equipamento;

5.1.3. Capacidade administrativa para a gestão, conservação do equipamento, assim como dos serviços a serem prestados.

5.1.4. Assumir o ônus pelos custos diretos e indiretos que incidam sobre o equipamento;

5.1.5. Prestação de contas da utilização e conservação do equipamento a ser apresentado anualmente, podendo haver fiscalização pelo gestor da parceria a qualquer tempo, inclusive com diligências para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados pelas entidades vencedoras e para esclarecer dúvidas e omissões;

5.1.6. O detalhamento da forma de cumprimento deverá constar no Plano de Trabalho;

5.1.7. Não haverá exigência de depósito de recursos financeiros para fins de cumprimento;

5.1.8. Cumprir fielmente obrigações trabalhistas e demais leis específicas;

PARTE II – DA FASE DE SELEÇÃO DA PROPOSTA

6. ETAPAS

6.1. A fase de seleção da proposta, habilitação e celebração da parceria observarão as seguintes etapas:

6.2. As Associações interessadas deverão entregar (1) Um envelope que deverá conter a proposta e documentação relativa a Instituição. Os envelopes devem ser lacrados e indevassáveis:

À PREFEITURA DE AFONSO CLÁUDIO/ES

COMISSÃO DE SELEÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER –

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº XXX/2024

PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO – NOME DA INSTITUIÇÃO E CNPJ.

6.3. O endereço para entrega dos envelopes:

a) Os envelopes deverão ser devidamente entregues e protocolizados na Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, situada na Rua Delza Teixeira da Silva – 280 – Vila Nova – Afonso Claudio ES, aos cuidados da Comissão de Seleção da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, no período de 14/08/2024 a 26/08/2024, de segunda a sexta-feira, de 07h às 16h (exceto feriados).

b) Todas as informações sobre o presente Chamamento Público, assim como o respectivo edital poderão ser obtidos na Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, localizada na Rua Delza Teixeira da Silva, 280, Bairro Vila Nova, Afonso Cláudio/ES

6.4. Sessão de abertura dos envelopes relativos às propostas apresentadas pelas OSC's será no dia 27/08/2024 na Sala da Comissão de Seleção da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;

6.5. Divulgação do resultado provisório de classificação das propostas será no dia 29/08/2024;

6.6. Fase recursal quanto ao resultado provisório de classificação das propostas até 02 (dois) dias após a divulgação, ou seja, nos dias 30/08/2024 e 02/09/2024;

6.7. Divulgação do julgamento dos recursos e dos documentos que comprovem o atendimento pela organização da sociedade civil selecionada dos requisitos previstos na Lei nº 13.019/14 e Decreto Municipal nº 384/2017 e o resultado definitivo da classificação das propostas até o dia 09/09/2024;

6.8. Não havendo interposição de recurso ou declarado pelas OSCs renúncia ao prazo recursal o resultado de classificação das propostas poderá ser imediatamente homologado.

7. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

7.1. A Comissão de Seleção verificará se a proposta atende aos elementos mínimos previstos no Anexo I deste Edital e realizará a classificação conforme os critérios estabelecidos no item 12.2 deste Edital;

7.2. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem aos elementos mínimos constantes neste Edital.



PREFEITURA DE AFONSO CLÁUDIO - ES

Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

8. COMISSÃO DE SELEÇÃO

8.1. A Comissão de Seleção, órgão colegiado destinado a processar e julgar o presente chamamento público é formada por 03 (três) membros, nomeados por Portaria específica.

8.2. O membro da Comissão de Seleção se declarará impedido de participar do processo quando:

8.3. Tenha participado nos últimos 05 (cinco) anos, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado de qualquer organização da sociedade civil participante do chamamento público; ou

8.4. Sua atuação no processo de seleção configurar conflito de interesse, entendido como a situação gerada pelo confronto entre interesses públicos e privado, que possa comprometer o interesse coletivo ou influenciar, de maneira imprópria, o desempenho da função pública.

8.5. O membro impedido deverá ser imediatamente substituído, a fim de viabilizar a realização ou continuidade do processo de seleção.

8.6. Para subsidiar seus trabalhos, a Comissão de Seleção poderá solicitar assessoramento técnico de especialista integrante dos quadros da administração pública ou contratado na forma da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.7. Em qualquer situação, devem ser observados os princípios da isonomia, da impessoalidade e da transparência.

PARTE III – FASE DE HABILITAÇÃO E CELEBRAÇÃO DA PARCERIA

9. ETAPAS:

A fase de habilitação e celebração da parceria observará as seguintes etapas:

9.1. Convocação da organização para regularizar a documentação de habilitação no prazo de 2 (dois) dias;

9.2. Divulgação do resultado provisório de habilitação se houver decisão por inabilitação;

9.3. Fase recursal quanto ao resultado provisório de habilitação, se houver decisão por inabilitação – Até 05 (cinco) dias após a divulgação;

9.4. Divulgação do julgamento dos recursos e do resultado definitivo de habilitação;

9.5. Homologação do resultado final da seleção;

9.6. Indicação discriminada e identificada do equipamento que será destinado à parceria;

9.7. Aprovação do plano de trabalho, com possibilidade de realização de ajustes;

9.8. Emissão de parecer técnico;

9.9. Emissão de parecer jurídico;

9.10. Assinatura do instrumento de parceria.

10. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

10.1. Para habilitação no processo de seleção, as instituições interessadas deverão apresentar os seguintes documentos, juntamente com a proposta, em plena validade, na data de sua entrega, em cópia simples:

10.2. Cópia do estatuto registrado e suas alterações;

10.2.1. Na avaliação do estatuto, além dos objetivos principais da entidade, será verificado se há disposições que prevejam a promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social;

10.3. Comprovante de que possui mínimo de 02 (dois) anos de cadastro ativo no CNPJ, emitido do site da Secretaria da Receita Federal do Brasil, ressalvada a possibilidade de essa exigência ser reduzida, mediante autorização específica do administrador público, na hipótese de nenhuma organização atingir o mínimo;

10.4. Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

10.5. Certidão negativa quanto à dívida ativa do Estado do Espírito Santo e do Município de Afonso Cláudio/ES;

10.6. Certificado de Regularidade do CRF/FGTS;

10.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

10.8. Cópia da ata de eleição do quadro de dirigente atual ou documento equivalente;

10.9. Relação nominal atualizada dos dirigentes, constando o endereço, o número e o órgão expedidor da Carteira de Identidade e o CPF, de cada um deles, juntamente com as respectivas cópias do comprovante de residência, CPF e RG;

10.10. Declaração do representante legal informando que a organização e seus dirigentes não incorrem em qualquer das vedações previstas no art. 39 da Lei Federal nº 13.019/2014 nem se enquadram na seguinte situação: existência de administrador, dirigente ou associado da organização da sociedade civil com poder de direção que seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, de agente público: Com cargo em comissão ou função de confiança lotado na unidade responsável pela realização da seleção promovida pela administração pública Municipal; ou cuja posição no órgão ou entidade da administração pública Municipal seja hierarquicamente superior ao chefe da unidade responsável pela realização da seleção;

10.11. Comprovação de que a organização da sociedade civil funciona no endereço declarado;



PREFEITURA DE AFONSO CLÁUDIO - ES

Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

10.12. Documentos que comprovem experiência com atividade idêntica ou similar ao objeto da parceria, que capacita a organização da sociedade civil para a celebração da parceria, podendo ser admitidos, sem prejuízo de outros;

10.13. Relatórios de atividades com comprovação das ações desenvolvidas relacionadas ao objeto do edital;

10.14. Declarações de experiência prévia e de capacidade técnica no desenvolvimento de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante, emitidas por órgãos públicos, membros do Poder Judiciário, Defensoria Pública ou Ministério Público, instituições de ensino, redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos, comissões ou comitês de políticas públicas; ou Prêmios de relevância recebidos no País ou no exterior pela organização;

10.15. Declaração do representante legal da organização da sociedade civil de capacidade técnica, administrativa e operacional;

10.16. Prova da propriedade ou posse legítima do imóvel cujas instalações serão necessárias à execução da parceria, como escritura, matrícula do imóvel, contrato de locação, comodato, outorga ou outro tipo de relação jurídica regular, ou informe de que apresentará esse documento até sessenta dias após a celebração da parceria;

10.17. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da instituição proponente, à exceção daqueles relativos aos seus dirigentes.

10.18. As instituições que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste instrumento, serão inabilitadas, ressalvadas as hipóteses de diligências previstas neste Edital.

11. DOS IMPEDIMENTOS E DA INABILITAÇÃO

11.1. Não poderá participar do processo de chamada pública a Organização da Sociedade Civil que:

11.1.1. Esteja em processo de insolvência ou dissolução;

11.1.2. Possua, entre seus dirigentes, servidor (es) público(s) do Município de Afonso Cláudio/ES;

11.1.3. Que tenha sido penalizada com suspensão para conveniar/contratar com a Administração Pública Municipal e/ou Estadual, ou que tenham sido declaradas inidôneas por órgãos de quaisquer das esferas nos moldes da Lei nº 14.133/21 e legislação correlata;

11.1.4. Que estejam incluídas no Cadastro de Inadimplência das Fazendas Públicas Federal, Estadual ou Municipal, ou por qualquer motivo não apresentem regularidade fiscal;

11.1.5. As entidades que estejam inadimplentes com o Município de Afonso Cláudio na prestação de Contas de Convênios ou contratos anteriores;

11.1.6. Tenha como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal na qual será celebrado o acordo de cooperação, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

11.1.7. A Associação não pode ter contas rejeitadas pela Administração Pública nos últimos 05 (cinco) anos, excetuando-se os casos previstos na Lei nº 13.019/2014;

11.1.8. A Associação não pode ter sido punida com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:

a) suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;

b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;

c) a prevista no inciso II do art. 73 da Lei nº 13.019/14;

d) a prevista no inciso III, do art. 73, da Lei nº 13.019/14 (art. 39, V, "a" a "d", da Lei nº 13.019/14);

11.1.9. A Associação não pode ter tido contas de parcerias julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irreversível, nos últimos 08 (oito) anos;

11.1.10. A Associação não pode ter entre seus dirigentes pessoa:

a) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irreversível, nos últimos 08 (oito) anos;

b) julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;

c) considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992 (art. 39, VII, Lei nº 13.019/2014);

12. CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS PELA COMISSÃO DE SELEÇÃO

12.1. SERÃO ELIMINADAS DA SELEÇÃO TODAS AS PROPOSTAS QUE:

12.1.1. A proponente se enquadra em um ou mais situações elencadas no item 8 deste edital;

12.1.2. A proponente não apresentou no prazo estabelecido os documentos exigidos ou não cumpriu os requisitos para celebração do acordo de cooperação descritos no item 7 deste edital;

12.1.3. Os objetivos propostos não estejam de acordo com os que foram propostos neste edital;



PREFEITURA DE AFONSO CLÁUDIO - ES
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

- 12.1.4.** Apresente informações não comprovadas ou qualquer situação que inviabilize o projeto na forma proposta.
- 12.1.5.** Será dado ao proponente vencedor o prazo de 05 (cinco) dias úteis, para sanar eventuais irregularidades documentais encontradas em sua proposta.

12.2. AS PROPOSTAS SERÃO CLASSIFICADAS COM BASE NOS SEGUINTE CRITÉRIOS, CONFORME OS ITENS APRESENTADOS:

ITEM	CRITÉRIO	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
01	A associação possuir campo de futebol que é utilizado no Campeonato Comunitário de Futebol de Campo 2024.	10 (dez) pontos para cada	10
02	A associação possuir projetos ou treinos realizados para crianças e jovens.	10 (dez) pontos (apresentar relatório fotográfico)	10
03	Possuir estrutura adequada (postes e elétrica) para a instalação para os refletores.	05 (cinco) pontos	05

A administração poderá promover visita *in loco* para constatar a veracidade documental ou fotos. Se houver notícia de qualquer irregularidade e for comprovada a associação poderá ser desclassificada e sofrer penalidades legais

- 12.2.1.** A nota igual a zero importará na desqualificação da entidade.
- 12.2.2.** As entidades com pontuação abaixo de 05 (cinco) pontos serão automaticamente desclassificadas.
- 12.2.3.** Havendo empates entre os participantes em uma proposta com mesmo objetivo, o critério de desempate será a maior pontuação partindo do item 02, persistindo os itens 01 e 03.
- 12.2.4.** A aprovação das propostas pelo Município fica condicionada a parecer técnico da Comissão de Seleção, o qual será submetido à homologação do Prefeito Municipal.
- 12.2.5.** A lista final de classificados dar-se-á por ordem de pontuação até o número de 100 entidades observando o correspondente à quantidade de produto disponível.

PARTE IV – RECURSOS, VALIDADE E DISPOSIÇÕES FINAIS

13. Caberá recurso administrativo:

I - Antes da homologação do resultado definitivo da seleção:

- a)** Resultado provisório da classificação das propostas; ou
- b)** Resultado provisório da habilitação; ou

II - Depois da homologação do resultado definitivo da seleção:

- a)** Decisão pela reprovação de plano de trabalho; ou
- b)** Decisão pela inviabilidade técnica ou jurídica de celebração da parceria, fundamentada no parecer técnico ou no parecer jurídico que precederem a assinatura do instrumento.

13.1. O prazo para interposição do recurso administrativo será de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da decisão, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

13.2. A manifestação em interpor recurso deverá observar os seguintes critérios:

a) Ser dirigido à Comissão de Seleção da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer digitado, devidamente fundamentado e, se for o caso, acompanhado de documentação pertinente, de acordo com a decisão recorrida, podendo ser reconsiderada a decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informados, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso.

b) Ser assinado por representante legal da interessada ou procurador com poderes específicos, hipótese em que deverá ser anexado o instrumento procuratório.

13.3. Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

13.4. As razões do recurso deverão ser apresentadas no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Afonso Cláudio/ES. Não serão conhecidos recursos enviados pelo correio, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação.



PREFEITURA DE AFONSO CLÁUDIO - ES

Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

13.5. O recurso administrativo terá efeito suspensivo.

13.6. Na contagem dos prazos estabelecidos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, sendo que só se iniciam e vencem os prazos em dia de expediente da Prefeitura Municipal de Afonso Cláudio/ES.

13.7. Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo estabelecido e/ou subscritos por representantes não habilitados legalmente.

13.8. A habilitação do representante deve ser comprovada juntamente com os documentos do recurso administrativo, no momento de sua interposição.

14. PRAZO DE VALIDADE DO RESULTADO

14.1. O resultado do chamamento público regido por este Edital terá validade até a celebração da parceria específica no seu objeto, ressalvadas as situações em que a entidade selecionada não atender a convocação para assinar o respectivo termo, situação em que o administrador público tomará decisão fundamentada, em obediência ao regramento da legislação e deste edital.

15. DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. A Administração Pública poderá alterar, revogar ou anular o presente Edital, sem que caiba aos participantes direito a reembolso, indenização ou compensação.

15.2. A homologação do resultado final da seleção não gera direito à celebração da parceria, mas obriga a administração pública a respeitar o resultado definitivo caso celebre a parceria.

15.3. A documentação das organizações não selecionadas poderá ser retirada no prazo de 30 (trinta) dias após a publicação do resultado final da seleção, sendo permitido o descarte do material após esse prazo.

15.4. Dúvidas e situações problemáticas em relação às quais este Edital seja omissos serão solucionadas pelo administrador público ou, se ocorridas na fase de seleção, pela Comissão de Seleção.

15.5. Nos casos em que não for possível solução administrativa em negociação de que participe o órgão de assessoramento jurídico da administração pública, fica eleito o Foro da Comarca de Afonso Cláudio/ES, para dirimir quaisquer dúvidas ou conflitos decorrentes da parceria.

15.6. Qualquer pessoa poderá apresentar impugnação a este Edital, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a publicação no sítio eletrônico oficial, que será decidida pela Comissão de Seleção, com possibilidade de recurso ao administrador público;

15.7. As reuniões da Comissão serão realizadas em ato público e em horário normal de expediente;

15.8. Será facultado à Comissão de Seleção promover, dentro do prazo previsto no presente Chamamento Público, diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição dos critérios de habilitação de cada organização da sociedade civil, bem como solicitar aos órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar a decisão da comissão.

16. DOS ANEXOS

16.1. São partes integrantes deste Edital:

ANEXO I – Roteiro para Elaboração de proposta;

ANEXO II – Roteiro para Elaboração do Plano de Trabalho;

ANEXO III – Certidão contendo a relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade;

ANEXO IV – Declaração de não infringência às vedações constantes no art. 39 da Lei Federal nº 13.019/2014;

ANEXO V – Declaração de endereço;

ANEXO VI – Modelo de Declaração de capacidade técnica, administrativa e operacional;

ANEXO VII – Modelo de Declaração de ciência e concordância;

ANEXO VIII – Minuta do Acordo de Cooperação

Afonso Cláudio/ES, 14 de agosto de 2024.

Marcelo Lima de Araujo

Presidente da Comissão de Seleção

Afonso da Silva Amorim

Membro da Comissão de Seleção

Everton Pereira Peixoto

Membro da Comissão de Seleção



PREFEITURA DE AFONSO CLÁUDIO - ES
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

ANEXO I

(Papel timbrado ou nome da OSC)

ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DE PROPOSTA

À Prefeitura Municipal de Afonso Cláudio/ES,

A/C Comissão de Chamamento Público nº 013/2024.

A _____ (nome da Organização) _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, inscrito(a) no Registro Geral (Carteira de Identidade) nº _____ e do CPF nº _____, vem apresentar e submeter à apreciação dessa Comissão, proposta para participação na seleção referente à celebração de Acordo de Cooperação para o uso do equipamento indicado a seguir:

1. ESPECIFICAÇÃO DO EQUIPAMENTO

Acompanham esta proposta, o Plano de Trabalho, os documentos e informações previstos no Edital de Chamamento Público em referência, ao qual declaramos pela aceitação, para a ele nos submetemos.

Afonso Cláudio/ES, _____ de _____ de 202_

(Assinatura do representante legal)

Nome completo e CPF

ANEXO II

ROTEIRO PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO



PREFEITURA DE AFONSO CLÁUDIO - ES
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer



ANEXO II

(Papel timbrado ou nome da OSC)

ROTEIRO PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

1. DADOS CADASTRAIS DA ORGANIZAÇÃO PROPONENTE

Nome: _____ CNPJ: _____
Endereço: _____ Bairro: _____
Cidade: _____ CEP: _____
E-mail da Instituição: _____
Telefone: _____
Celular: _____

2. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL LEGAL PELA PROPONENTE

Nome: _____ CPF: _____
RG: _____
Órgão Expedidor: _____ Cargo: _____
Função: _____ Endereço: _____
Bairro: _____ Cidade: _____
CEP: _____ Telefones: _____
E-mail: _____

Data da posse no cargo (Informar a data da posse no cargo de representante legal em exercício na organização.): ____/____/____

Assamblea de eleição da Diretoria (Informar a data da Assembleia de eleição da Diretoria em exercício da organização.) ____/____/____

3. OUTROS PARTÍCIPES (Indicar se existem outros parceiros para execução deste projeto. Se houver, incluir os dados de identificação).

Nome: _____
CPF: _____
Endereço: _____
Bairro: _____
Cidade: _____
CEP: _____



PREFEITURA DE AFONSO CLÁUDIO - ES
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer



4. DESCRIÇÃO DA REALIDADE

Descrever a evolução do trabalho da instituição a partir da sua fundação:

Breve Histórico da Organização da Sociedade Civil (Sugere informar a data de criação, diretrizes da OSC, capacidade de atendimento, número de associados, principais trabalhos realizados e qualificação técnica dos profissionais permanente)

Caracterização da atividade realizada pela OSC (público atendido, metodologia de trabalho e equipe técnica envolvida nos serviços)

5. SÍNTESE DA PROPOSTA
5.1. JUSTIFICATIVA (É necessário evidenciar qual o impacto social da utilização do equipamento, tendo como fundamento sua importância para o desenvolvimento social e/ou econômico da comunidade representada pela organização proponente. Deve indicar qual a relevância do trabalho proposto, quais os resultados esperados e que benefícios estes resultados trarão para seu público alvo. Também é relevante neste item demonstrar a importância diante das condições estruturais da comunidade, situação socioeconômica das pessoas/famílias envolvidas e outros)
6. METAS 6.1. Disponibilizar atendimento com serviços de mecanização 6.2. Utilizar o equipamento exclusivamente em serviço, tais como: (especificar) 6.3. Meta de Atendimento: (Informar como se dará o atendimento para o alcance das metas estabelecidas);
6.4. Metodologia e Abordagem da Proposta (Deve descrever como serão realizadas as ações/atividades, incluindo as estratégias e os procedimentos detalhados para a sua execução. É a maneira pela qual os objetivos serão alcançados):

7. Estrutura Física:
() PROPRIA () Cedida () Alugada () Outra



PREFEITURA DE AFONSO CLÁUDIO - ES
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

7.1. Instalações Físicas (Descrição do espaço em que o equipamento será instalado, fornecendo fotos)	
7.2. Equipamentos Disponíveis (Informar os tipos e a quantidade de equipamentos existentes na instituição que poderão ser utilizados durante a execução do objeto. Exemplo: carros, equipamentos, máquinas, terrenos e etc)	
Tipo de Equipamento	Quantidade
8. MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E SUSTENTABILIDADE DA PROPOSTA	
8.1. Sustentabilidade da Proposta (Indicar se as ações/atividades terão continuidade após o término da vigência deste Termo ou quais estratégias serão utilizadas para garantir a continuidade das ações/atividades)	

9. APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE
APROVADO. Afonso Cláudio/ES, _____ de _____ de 202_. LUCIANO RONCETTI PIMENTA Prefeito Municipal



PREFEITURA DE AFONSO CLÁUDIO - ES
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

ANEXO III

(Papel timbrado ou nome da OSC)

MODELO DE CERTIDÃO CONTENDO A RELAÇÃO NOMINAL ATUALIZADA DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE

CERTIDÃO

_____, representante legal da _____ inscrita no CNPJ nº _____, Sr.(a) _____, inscrito no CPF nº _____ e no RG nº _____, CERTIFICA que os dirigentes da referida entidade, cujo período de atuação é de ____/____/____ a ____/____/____, são: Presidente: _____, RG nº _____, Órgão Expedidor _____, CPF nº _____, endereço _____. Vice-Presidente: _____, RG nº _____, Órgão Expedidor _____, CPF nº _____, endereço _____.

Relacionar demais membros da diretoria:

_____, cargo _____, RG _____, Órgão Expedidor _____, CPF _____, endereço _____.
_____, cargo _____, RG _____, Órgão Expedidor _____, CPF _____, endereço _____.
_____, cargo _____, RG _____, Órgão Expedidor _____, CPF _____, endereço _____.

Afonso Cláudio/ES, ____ de _____ de _____.

Assinatura com identificação do Presidente

ANEXO IV

(Papel timbrado ou nome da OSC)

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº ____/2024

MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO INFRINGÊNCIA ÀS VEDAÇÕES CONSTANTES NO ART. 39, DA LEI FEDERAL Nº 13.019/2014

CERTIDÃO

_____, representante legal da _____ inscrita no CNPJ nº _____, Sr.(a) _____, inscrito no CPF nº _____ e no RG nº _____, CERTIFICA para os devidos fins e sob penas da lei, que a referida Organização da Sociedade Civil, bem como seus dirigentes, não incorrem em quaisquer vedações previstas no art. 39, da Lei Federal nº 13.019/2014.



PREFEITURA DE AFONSO CLÁUDIO - ES
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

Afonso Cláudio/ES, _____ de _____ de 202__.

Assinatura e com identificação do Presidente

ANEXO V

(Papel timbrado ou nome da OSC)

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENDEREÇO

D E C L A R A Ç Ã O

_____, representante legal da
_____ inscrita no CNPJ nº _____,
Sr.(a) _____, inscrito no CPF nº _____ e no RG nº _____,
DECLARA para os devidos fins e sob penas da lei, que a referida Organização
da Sociedade Civil, possui sede no
_____,
conforme documento anexo.

Afonso Cláudio/ES, _____ de _____ de 202__.

Assinatura e com identificação do Presidente



PREFEITURA DE AFONSO CLÁUDIO - ES
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

ANEXO VI

(Papel timbrado ou nome da OSC)

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL

D E C L A R A Ç Ã O

_____, Presidente do(a)
_____, inscrito no CPF _____ e no RG nº _____, DECLARA para os devidos fins e sob penas da lei, que dispõe de capacidade técnica, administrativa e operacional para cumprir com suas responsabilidades constantes no Edital em referência, esclarecendo que:

- a) Dispõe de capacidade administrativa para a gestão e conservação do equipamento e dos serviços a serem prestados e/ou utilização do bem;
- b) O equipamento será destinado exclusivamente para uso em corte de gramado de campos de futebol e
- c) Dispõe de instalações e condições materiais suficientes à execução do plano de trabalho proposto.

Afonso Cláudio/ES, ____ de _____ de 202_.

Assinatura e com identificação do Presidente

ANEXO VII

(Papel timbrado ou nome da OSC)

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

DECLARAÇÃO

_____, Presidente do(a)
_____, inscrito no CPF _____ e no RG nº _____, DECLARA que a está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital de Chamamento Público Nº ____ /2024 e em seus anexos, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção.

Afonso Cláudio/ES, ____ de _____ de 202_.

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)



PREFEITURA DE AFONSO CLÁUDIO - ES
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

ANEXO VIII

(Papel timbrado ou nome da OSC)

MINUTA ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº XXX/2024

**ACORDO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE AFONSO
CLÁUDIO E A ASSOCIAÇÃO XXXXXXX**

PREÂMBULO: O **MUNICÍPIO DE AFONSO CLÁUDIO/ES**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 27.165.562.0001/41, com sede a Praça da Independência nº 341, Centro de Afonso Cláudio/ ES, **neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr LUCIANO RONCETTI PIMENTA**, brasileiro, casado, funcionário público federal, portador do CPF 114.860.767-69 e RG 17.640.309-MG, residente e domiciliado em Afonso Cláudio/ES, CEP 29.600-000, doravante denominada **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL** e a **ASSOCIAÇÃO XXX**, inscrita no. CNPJ/MF sob o nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, com sede em xxx, nº xxx, Distrito de xxx, Afonso Cláudio/ES, CEP 29.600-000, **neste ato representada pelo(a) Presidente, Sr (a). xxx**, brasileiro (a), casado(a), inscrita no CPF sob o nº xxx.xxx.xxx-xx e portadora do RG nº xxx/ES, residente e domiciliada no xxx, nº xxx, Distrito de xxx, Afonso Cláudio/ES, CEP 29.600-000, doravante denominada **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, tendo em vista o que consta nos autos do **Processo Administrativo nº xxx/2024**, ajustam o presente ACORDO DE COOPERAÇÃO, decorrente do CHAMAMENTO PÚBLICO nº xxx/2024, regendo-se pelo disposto na Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações, o Decreto Municipal nº 384/2017, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

1.1. O presente Acordo de Cooperação tem como objeto a celebração de parceria entre o MUNICÍPIO DE AFONSO CLÁUDIO e as ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, em regime de mútua cooperação para consecução de atividades de interesse público e recíproco, mediante execução de ações em apoio as associações do Município, conforme proposta de Plano de Trabalho aprovada e que passa a integrar este termo.

Para cumprimento do objeto o MUNICÍPIO DE AFONSO CLÁUDIO cederá, em forma de concessão de uso, o equipamento, a saber: **PROJETOR LED FORMATO RETANGULAR POTÊNCIA MÁXIMA 621W FABRICADO EM CHAPA DE ALUMÍNIO NAVAL CONFORMADA E PINTADA COM TINTA PÓPOLIÉSTER. MARCA BRIGHTLUX**

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1. Além dos compromissos gerais a que se submetem, por força deste Acordo de Cooperação e da Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações, os PARCEIROS se comprometem a:

2.1.1 **MUNICÍPIO DE AFONSO CLÁUDIO**, por meio da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer:

2.1.1.1. Ceder à ASSOCIAÇÃO XXX.

2.1.1.2 Proceder, por intermédio da Comissão de Monitoramento, a avaliação do cumprimento do objeto da parceria e dos atendimentos realizados pela Associação inclusive com a realização de visita(s) e, eventualmente, procedimentos fiscalizatórios;

2.1.1.3 Analisar a prestação de contas da Associação, nos moldes previstos na Lei Federal nº 13.019/14 e demais alterações, bem como as demais condições expressas no decreto Municipal nº 384, de 26/06/2017, aceitando-as, questionando-as ou rejeitando-as, no prazo de 90 (noventa) dias, a partir do término do período estipulado para a entrega;



PREFEITURA DE AFONSO CLÁUDIO - ES

Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

2.1.1.4 Realizar, sempre que possível pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas, podendo valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência;

2.1.1.5 Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação das ações, objeto do presente acordo de cooperação, submetendo-o à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, nos termos do art. 59 da Lei Federal nº 13.019/2014, que o homologar, independentemente da obrigatoriedade de apresentação de contas devida pela Associação;

2.1.2 Por intermédio do gestor da parceria:

2.1.2.1 Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

2.1.2.2. Informar ao administrador público a existência de fatos que possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão do equipamento agrícola, bem como, as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

2.1.2.3. Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação de que tratar o art. 59 da lei federal nº 13.019/2014 e a cláusula antecedente;

2.1.2.4. Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação;

2.1.2.5. Reter as entregas de bens e/ ou serviços subsequentes, quando houver evidências de irregularidades na aplicação ou uso de bens/ serviços anteriormente recebidos, quando constatado desvio de finalidade ou inadimplemento da Associação em relação às obrigações do acordo de cooperação ou em caso de a Associação em relação às obrigações do acordo de cooperação ou em caso de a Associação deixar de adotar, sem justificativa suficiente, as medidas saneadoras apontadas pelo Município ou pelos órgãos de controle interno e externo, até a efetiva regularização;

2.1.2.6 Em caso de descumprimento das notificações e prazos apontados para saneamento de irregularidades ou impropriedades da prestação de contas e da execução do objeto serão tomadas as providências, com a imposição das penalidades previstas na Lei nº 13.019/2014;

2.1.2.7. Deve manter, em seu site oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento, e os meios de representação sobre aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria oriunda do acordo de cooperação;

2.1.3 Da Associação:

2.1.3.1. Garantir a estrutura física para armazenamento e conservação do Equipamento;

2.1.3.2. Garantir a realização das manutenções necessárias ao equipamento, bem como seus reparos quando necessário;

2.1.3.3. Constitui, também, responsabilidade exclusiva da Associação o pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no acordo de cooperação, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública sua inadimplência em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou danos decorrentes de restrição à sua execução;

2.1.3.4. Apresentar Plano de Trabalho para utilização do equipamento na sua área de abrangência;

2.1.3.6. Se responsabilizar pela organização e gestão do projeto, com elaboração de relatórios técnicos;



PREFEITURA DE AFONSO CLÁUDIO - ES

Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

2.1.3.7. Permitir o livre acesso dos agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas ao acordo de cooperação, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

2.1.3.8. Divulgar na internet e em locais visíveis de suas redes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com a administração pública, com as informações mínimas exigidas no parágrafo único, art. 11 da Lei 13.019/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA- DA EXTINÇÃO DESTE ACORDO

3.1 A extinção deste Acordo se dará mediante a hipótese prevista no parágrafo seguinte:

Parágrafo único. O descumprimento de qualquer das cláusulas deste Acordo constitui causa para sua rescisão, especialmente quando houver utilização do equipamento em desacordo com o plano de trabalho.

CLÁUSULA QUARTA- DA RESPONSABILIDADE DA ASSOCIAÇÃO

4.1. A Associação é responsável pelo gerenciamento administrativo do equipamento recebido, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, nos termos do art. 42, incisos XIX e XX, da Lei Federal nº13.019/2014, alterada pela Lei nº13.204/2015.

Parágrafo único. É de responsabilidade exclusiva da Associação, caso necessário, o pagamento de salários, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados ao manuseio do equipamento concedido, constante do objeto deste Acordo, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO a inadimplência da Associação em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.

CLÁUSULA QUINTA- DA VIGÊNCIA E EFICÁCIA

5.1. Este instrumento terá vigência de 10 **(dez) anos, contados a partir da data de assinatura**, podendo ser prorrogados por igual período, de acordo com a aprovação da comissão de monitoramento e do gestor da parceria.

Parágrafo Primeiro. A vigência poderá ser alterada mediante termo aditivo, conforme consenso entre os partícipes.

Parágrafo Segundo. A eficácia deste instrumento fica condicionada à publicação do seu extrato no site oficial do município, a ser providenciada pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

CLÁUSULA SEXTA- DO EQUIPAMENTO CONCEDIDO

6.1. O equipamento concedido pelo MUNICÍPIO para a Associação com vistas à execução deste Acordo não poderá ser alienado, locado, emprestado, oferecido como garantia ou cedido a terceiros em nenhuma hipótese.

CLÁUSULA SÉTIMA- DA PUBLICAÇÃO

7.1 O MUNICÍPIO DE AFONSO CLÁUDIO providenciará a publicação do extrato deste Acordo de Cooperação no Diário Oficial do Município

CLÁUSULA OITAVA- DO PLANO DE TRABALHO



PREFEITURA DE AFONSO CLÁUDIO - ES

Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

8.1. Para alcance do objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir o plano de trabalho que, independente de transcrição, e parte integrante e indissociável do presente Termo de Colaboração, bem como toda documentação técnica que dele resulta, cujos dados neles contidos acatam os partícipes.

8.2. Os ajustes no plano de trabalho serão formalizados por certidão de apostilamento, exceto quando coincidirem com alguma hipótese de termo aditivo, caso em que deverão ser formalizados por adiantamento ao termo de colaboração, sendo vedada a alteração do objeto da parceria.

CLÁUSULA NONA- TITULARIDADE DO EQUIPAMENTO AGRÍCOLA

9.1- O equipamento disponibilizado por força desta parceria permanecerá sob a titularidade do Município de Afonso Cláudio ao término da vigência deste termo.

Parágrafo Primeiro. Caso o equipamento do Município de Afonso Cláudio se torne inservível antes do término da parceria serão adotadas providências conforme a legislação de administração patrimonial.

Parágrafo Segundo. Após o término da parceria, o Município de Afonso Cláudio decidirá por uma das seguintes hipóteses:

- a) A manutenção do equipamento em sua propriedade, permanecendo a custódia sob responsabilidade da Associação até a retirada pelo Município de Afonso Cláudio, que deverá ocorrer no prazo de 90 (noventa) dias após o término da parceria
- b) A concessão do equipamento à Associação, caso não seja necessário para assegurar a continuidade do objeto pactuado por execução direta ou por celebração de nova parceria com outra entidade, permanecendo a custódia sob responsabilidade da Associação; ou
- c) A concessão do equipamento a terceiros, desde que para fins de interesse social, permanecendo a custódia sob responsabilidade da Associação parceira até sua retirada, que deverá ocorrer até 60 (sessenta) dias após a edição do ato de concessão.

CLÁUSULA DÉCIMA- DA GESTÃO E ATRIBUIÇÕES

10.1. O gestor da parceria será o Secretário Municipal de Esportes e Lazer que terá como atribuição:

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
- b) Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão do equipamento, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

c) Emitir parecer técnico conclusivo de análise de prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei 13.019 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

11.1. A prestação de contas deverá ser feita de acordo com o previsto no plano de trabalho e, obrigatoriamente, no final de cada exercício, para fins de monitoramento do cumprimento das metas do objeto.

11.2. Os documentos que devem ser apresentados na prestação de contas:

- a) Relatório do cumprimento do objeto;
- b) Relatório de prestação de contas a ser aprovado pela concedente;
- c) Relação dos serviços prestados, quando for o caso;
- d) Relação de pessoas treinadas, quando for o caso;
- e) Declaração de alcance dos objetivos a que se propunha o instrumento.

11.3. Observar ainda o previsto no Capítulo IV da Lei 13.019/ 2014.



PREFEITURA DE AFONSO CLÁUDIO - ES
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DO FORO

12.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Afonso Cláudio/ ES como competente para dirimir as questões decorrentes deste instrumento.

12.2. E por estarem de acordo, as partes firmam o presente Acordo de Cooperação, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas que também o subscrevem, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Afonso Cláudio/ ES, ____ de _____ de 2024

LUCIANO RONCETTI PIMENTA
PREFEITO MUNICIPAL DE AFONSO CLÁUDIO/ES
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

LEONARDO LOPES FERREIRA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

NOME CPF
PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO
ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

TESTEMUNHAS

CPF Nº

CPF Nº